



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios

Reconhecimento de Inexigibilidade de Licitação - SEDES/SEEDS/SUAG/COLIC

RECONHECIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n° 09/2023

Trata o presente, da 23ª Edição do Encontro Nacional do CONGEMAS, promovido anualmente pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, o evento será realizado entre os dias 24 e 26 de outubro, no Centro de Convenções do Pernambuco, situado a Avenida Professor Andrade Bezerra, s/n – Salgadinho - Olinda / PE, com valor total de inscrições R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme especificações no Termo de Referência nº 03/2023 (123797156).

O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - Congemas realiza anualmente encontro voltado aos/às gestores/as, trabalhadores/as, conselheiros/as e demais atores que integram o Suas, o pretensão encontro fomenta a troca de saberes, experiências e boas práticas, com objetivo de qualificar a prática profissional dos servidores indicados para a participação no referido evento.

Os servidores indicados fazem parte do corpo gestor da Subsecretaria de Assistência Social, responsável pela execução da política de Assistência Social nesta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. A atuação ocorre em nível da Gestão do SUAS, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do CadÚnico/PBF e Gestão Financeira e Orçamentária.

A outra participante do encontro será a Presidente do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha. O comparecimento de um representante do Cas/DF é de grande relevância considerando que o Conselho é responsável por respaldar a Política de Assistência Social em atividades permanentes de estudos, pesquisas e capacitação de recursos humanos, de acordo com a NOB-SUAS, preservando a sua qualidade e adequando-a a realidade do Distrito Federal (art. 2º, V - Resolução nº 79, de 16 de dezembro de 2010 do CAS/DF).

Por fim, cumpre ratificar que reúne-se acerca da necessidade de capacitação especializada dos servidores, no formato presencial, pela escolha da empresa e palestrantes, o desenvolvimento eficaz, ágil, vantajoso, diminuição de gastos, diminuição de erros nos atos administrativos por parte dos atores envolvidos no objetivo de alcance das políticas públicas da assistência social e segurança alimentar e nutricional.

Cediço que a realização de contratos pela Administração Pública exige, em regra, a obediência ao certame licitatório (princípio da obrigatoriedade de licitar). Contudo, há exceções a esta obrigatoriedade que encontram fundamento no próprio texto constitucional, uma vez que o inciso XXI do artigo 37, da Constituição Federal, ao estabelecer a obrigatoriedade do procedimento de licitação para os contratos feitos pela Administração, esclarece que existem exceções em casos específicos tratados na legislação.

A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 e pressupõe inviabilidade de competição. De acordo com o dispositivo:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Nesse sentido, comenta Marçal Justen Filho:

"A redação do art. 25 determina, de modo inquestionável, que as hipóteses referidas nos incisos são meramente exemplificativas. Portanto, pode haver inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das situações referidas nos três incisos do art. 25"

A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também, decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa. Em ambas as hipóteses, a licitação não é caminho adequado para o atendimento do interesse público. Primeiro, porque havendo apenas uma proposta, não se prestará a sua finalidade principal, qual seja, eleger a melhor dentre várias (art. 2º da Lei nº 8.666/1993). Segundo, porque as características peculiares do objeto impedem um julgamento objetivo, o que estaria em descompasso com a determinação do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Convém transcrever os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello a respeito do tema:

"São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes (...).

Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja".

Neste diapasão, alguns posicionamentos merecem ser expostos sobre natureza singular, completando a tríade exigência para contratação por inexigibilidade de procedimento licitatório.

"A natureza singular do serviço advocatício se caracterizará em virtude da presença de requisitos de diferente natureza: a complexidade da questão, a especialidade da matéria, a sua relevância econômica, o local em que se exercitará a atividade, o grau de jurisdição e assim por diante" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed. São Paulo: Dialética, 2002. p. 281)".

"Serviços singulares são aqueles que apresentam características tais que inviabilizam, ou pelo menos dificultam, a sua comparação com outros, notória especialização tem o profissional que, sem ser o único, destaca-se entre os demais da mesma área de atuação..." (TJRJ, AC 6648/96, Des. Sérgio Cavalieri Filho)".

"Cabe ressaltar que a doutrina e a jurisprudência, bem como julgados dos Tribunais de Contas, têm reconhecido a inviabilidade de competição para os serviços jurídicos ou de natureza advocatícia, que se inserem, sem dúvida, no rol do art. 13 (inciso I, II e IV), desde que tais serviços não sejam padronizados (como o ajuizamento de milhares de execuções da previdência social), mas, ao contrário, tenham natureza singular, ou características individualizadoras, e os profissionais prestadores sejam de notória especialização". (Licitação e Contrato Administrativo. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 108)".

Considerando o disposto no art. 26, parágrafo único, que versa:

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

I - A situação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Empresa COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 04.332.120/0001-47 encontra-se em convergência com os artigos 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, consoante certidões juntada aos autos (124476890);

II - Foi juntada ainda a Habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira (art. 27, I e II, c/c art. 28 e art. 31 da Lei nº 8.666/93: (123119558,123119659).

Pelo exposto, **RECONHEÇO** a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação em favor da Empresa COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 04.332.120/0001-47, consoante disposto no artigo 25, *caput*, c/c art. 26, inc. II da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, para capacitação de cinco servidores da Subsás/Sedes e uma conselheira do Conselho de Assistência Social do DF, totalizando seis inscrições, na 23ª Edição do Encontro Nacional do CONGEMAS, a ser realizado nos dias 24 a 26 de outubro no Centro de Convenções do Pernambuco, situado a Avenida Professor Andrade Bezerra, s/n – Salgadinho - Olinda / PE, com valor total de inscrições R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme especificações no Termo de Referência - SEDES/SEEDS/SUBSAS (123797156), e Proposta Comercial (123123617).

EDWARD FONSECA DE LIMA

Subsecretário de Administração Geral

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 09/2023

DE ACORDO. Nos termos do 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, e no uso das atribuições que me confere o artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com delegação de competência prevista no art. 1º, parágrafo único, do [Decreto nº 41.498, de 18 de novembro de 2020](#) c/c com o art. 2º, inc. I da [Portaria nº 28, de 18 de agosto de 2023](#) **RATIFICO** a presente Inexigibilidade de Licitação, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) em favor da Empresa COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ nº 04.332.120/0001-47, consoante disposto no artigo 25, *caput*, c/c art. 26, inc. II da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, para capacitação de cinco servidores da Subsás/Sedes e uma conselheira do Conselho de Assistência Social do DF, totalizando seis inscrições, na 23ª Edição do Encontro Nacional do CONGEMAS, a ser realizado nos dias 24 a 26 de outubro no Centro de Convenções do Pernambuco, situado a Avenida Professor Andrade Bezerra, s/n – Salgadinho - Olinda / PE, com valor total de inscrições R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme especificações no Termo de Referência - SEDES/SEEDS/SUBSAS (123797156), e Proposta Comercial (123123617).

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral com vistas à posterior publicação no DODF.

JEAN MARCEL PEREIRA RATES

Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social



Documento assinado eletronicamente por **EDWARD FONSECA DE LIMA - Matr.0282386-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 20/10/2023, às 16:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN MARCEL PEREIRA RATES - Matr.1771191-1**, **Secretário(a) Executivo(a) de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, em 20/10/2023, às 17:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **125098727** código CRC= **1D1EBE53**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPN Quadra 515 Lote 02 Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70.770-502 - DF
Telefone(s): 3773-7149
Site - www.sedes.df.gov.br